



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

PROPOSTA N.º 34/2014

Assunto: Aprovar condicionado o pedido de licenciamento para a edificação do "Colégio Mira Rio", a realizar em futura parcela a constituir e através da ampliação do imóvel sito na Estrada de Telheiras, 113-113B, freguesia do Lumiar, que constitui o processo n.º 266/EDI/2013.

Pelouro: Urbanismo

Serviços: D.M.P.R.G.U./ D.G.U./ Divisão de Projetos Estruturantes

Considerando que:

1. Socei – Cooperativa de Equipamentos de Centros de Ensino, CRL, na qualidade de proprietária, submeteu em 22.03.2013, à apreciação da Câmara Municipal de Lisboa, um Pedido de Licenciamento, ao abrigo do artº 18º do D.L. nº 555/99 de 16 de Dezembro com redacção dada pela Lei nº 26/10 de 30 de Março, para a edificação do "Colégio Mira Rio", equipamento escolar para todos os ciclos de ensino: creche, pré-escolar, primária (1º ciclo), 2º ciclo, 3º ciclo e Ensino Secundário, com capacidade para 860 alunos, operação urbanística que envolve dois prédios urbanos, com a área de 7.223,00 m2, que confrontam a norte – Estrada de Telheiras, a sul – Rua Prof. Francisco Lucas Pires, a nascente – Rua Professor Francisco Gentil e a poente – Rua Filipe Duarte, na freguesia de Lumiar, que constituiu o Proc.º n.º 266/EDI/2013;
2. O processo n.º 266/EDI/2013 foi apresentado na sequência da aquisição de dois prédios urbanos pela requerente em hasta pública, registada na Conservatória do Registo Predial de Lisboa, em 02/01/2012, através de contrato celebrado com a Empresa Pública de Urbanização de Lisboa.

FLS. 1119
266/82/13



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

3. O projeto de arquitetura apresentado, propõe na área adjacente ao edifício da Igreja da Nossa Senhora da Porta do Céu (numa área de intervenção de 7.223,00 m²), a demolição da parte mais desqualificada e arruinada da construção preexistente – Antigo Convento das Portas do Céu – para posterior reconstrução com idêntica volumetria, e a ampliação da área de implantação anteriormente existente, através da construção do edifício designado como “Colégio Mira Rio – Telheiras”, destinado a equipamento escolar, que albergará uma diversidade de espaços destinados a creche, pré-escolar, primária (1º ciclo), 2º ciclo, 3º ciclo e Ensino Secundário, Capela, Ginásio, Sala Polivalente, receção e área administrativa (área implantação de 3.856,50 m² e superfície de pavimento de 9.114,20 m²);
4. Através da sua particular implantação no terreno, o edifício pressupõe *«repor a coerência arquitetónica e urbanística do conjunto, (...) evidenciar o Convento das Portas do Céu na paisagem próxima e no território, (...) articular a construção existente e proposta nos “pontos naturais” de expansão do conjunto existente, para Sul e Nascente (...) preservar a capacidade de fruir da paisagem envolvente (...) correlacionar os usos propostos com o edificado existente»* (ver ponto 2.1 da memória descritiva).
5. Os limites dos prédios em causa abrangem a totalidade dos passeios existentes, os quais serão mantidos / ajustados no âmbito da presente proposta, sendo pretensão da requerente, a cedência de área (762,66 m²) para afetar ao domínio municipal, a título gratuito (doação).
6. As parcelas em questão, de acordo com o Plano Diretor Municipal de Lisboa, têm a classificação de “Espaço Central e Residencial – Traçado Urbano C Consolidado” (artigos 39º a 46º).
7. No âmbito da apreciação do presente pedido, foram consultadas entidades externas ao Município, entre as quais:

Fls. 1120
266/Em 113



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA
GABINETE DO VEREADOR MANUEL SALGADO

- DGPC;
- ANA;
- DSRLVT;
- ISS, IP;
- ANPC;
- ARSLVT.

8. Ainda, o teor e conteúdo da informação técnica final e respectivos despachos exarados sobre a mesma, a fls. 1109 a 1114.

Tenho a honra de propor ao Plenário da Câmara Municipal de Lisboa:

- A aprovação condicionada do presente pedido de licenciamento, ao abrigo do disposto na alínea d) do n.º 7 do art.º 64º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro, e nos termos do n.º 3 do art.º 20º do Decreto-lei n.º 555/99, de 16 de Dezembro, na redacção dada pelo Decreto-lei n.º 26/2010, de 30 de Março;

Lisboa, em 19 de fevereiro de 2014.

O Vereador

Manuel Salgado

Fls. 1121
266/ED/13



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19º n.º 2 do Regimento da CML, foram aprovadas na Reunião de Câmara de 19 de fevereiro de 2014, as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais das referidas propostas, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação das Actas n.ºs 7 e 8 das Reuniões de Câmara de 18 e 20 de Dezembro de 2013.

(Aprovadas por unanimidade)

Proposta n.º 34/2014 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar condicionado o pedido de licenciamento para a edificação do "Colégio Mira Rio", a realizar em futura parcela a constituir e através da ampliação do imóvel sito na Estrada de Telheiras, 113-113B, freguesia do Lumiar, que constitui o processo n.º 266/ED/2013, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 13 votos a favor (9PS, 2Ind., 1PPD/PSD, 1CDS/PP), e 2 abstenções (PCP) o Sr. Vereador Fernando Seara não participou na votação)

Proposta n.º 35/2014 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a decisão desfavorável sobre o Pedido de Informação Prévia de operação de loteamento a realizar na Rua das Pedreiras, na Travessa Domingos Tendeiro e na Rua das Terras, na freguesia de Belém, que constitui o processo n.º 9/URB/2009, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 15 votos a favor (9PS, 2Ind., 2PPD/PSD e 2PCP) e 1 abstenção (CDS/PP))

Fls. 1122
266/2014



CÂMARA MUNICIPAL DE LISBOA

Proposta n.º 69/2014 (Subscrita pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Atribuir o arruamento D à Rua José Maria Nicolau (Urbanização Benfica Stadium) o topónimo "Rua Natércia Freire", nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu, *Rita Levy* Directora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 19 de fevereiro de 2014

O Presidente

António Costa

- António Costa -



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística
Departamento de Gestão Urbanística
Divisão de Projetos Estruturantes

Exmo.(a) Sr.(a)
Socei -Cooperativa de Equipamentos de Centros de
Ensino, Crl
Azinhaga do Loureiro
1600-486 LISBOA

NOTIFICAÇÃO

N.º 8126/NOT/DIVPE/GESTURBE/2014

Data: 25-02-2014

Assunto: Pedido de Ampliação

Processo n.º 266/EDI/2013

Local: Estr de Telheiras, 113-113B

Freguesia: Lumiar (Nova Freguesia)

Nos termos e para os efeitos do artigo 66º do Código do Procedimento Administrativo, informa-se V. Exª. de que, nos termos do artigo 20º do Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (RJUE), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/1999, de 16 de Dezembro, com a redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 26/2010, de 30 de Março, o processo acima identificado foi **APROVADO**, por despacho em Sessão de Câmara, proferido em 2014-02-19, de acordo com a informação de síntese e despachos, cujas fotocópias se anexam.

Conforme o disposto nos números 4 e 6 do citado artigo 20º, deverá V. Exª. apresentar, em simultâneo, os projectos de especialidades (e outros estudos necessários à execução da obra, incluindo os indicadores de sustentabilidade) identificados no n.º 5 do artigo 11º da Portaria n.º 232/2008, de 11 de Março, no prazo de 6 meses a contar do terceiro dia sobre a data de registo desta notificação, sob pena da suspensão do processo de licenciamento pelo período máximo de 6 meses, findo o qual é declarada a caducidade do acto que aprovou o projecto de arquitectura, após audiência prévia do interessado.

Juntam-se em anexo os documentos do processo acima referido, constantes a fls 1062 a 1065; 1102 a 1122.
Com os melhores cumprimentos,

O(A) Chefe de Divisão


(J. L. Santos Guerreiro)

CC



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística
Departamento de Gestão Urbanística
Divisão de Projetos Estruturantes

DACM
Disp. n.º 173 / 2014
95

ANEXO 2

Folha n.º 1109

Informação

N.º 50016/INF/DIVPE/GESTURBE/2013

Data

15-11-2013

Assunto: Licenciamento de Obras

Processo n.º 266/EDI/2013

Requerente: Socei -Cooperativa de Equipamentos de Centros de Ensino, Crl

Local: Estrada de Telheiras, 113-113B

Freguesia: Lumiar (Nova Freguesia)

Exmo. Sr. Chefe de Divisão de Projetos Estruturantes (CDPE),

1. A requerente apresentando-se na qualidade de proprietária dos prédios em referência, vem requerer, ao abrigo do art. 9º e do n.º 2 do art. 4º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação (RJUE, Decreto-Lei n.º 555/99 de 16 de Dezembro, alterado pelo Decreto-lei n.º 26/2010, de 30 de Março), o licenciamento do projeto que apresenta para os devidos efeitos.
2. Em 03.07.2013 estiveram presentes em atendimento municipal o Sr. Arq. António José Lobato dos Santos, na qualidade de técnico autor do projeto, e a Sra. Arq.ª Luisa Trigo e foram prestados esclarecimentos sobre o p.p..
3. Na sequência do despacho proferido pelo Exmo. Sr. Diretor de Departamento de Gestão Urbanística, em 12.07.2013, a fls. 605 do p.p., a requerente foi notificada para apresentar elementos, conforme mencionado na notificação n.º 21865/NOT/DIVPE/GESTURBE/2013, a fl. 616 do p.p. e foi promovida a consulta aos Serviços do Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial (DPSVP) a fim de a fim de aferir sobre as condições/documentação necessária para formalização do negócio jurídico de transmissão das áreas a ceder gratuitamente para o domínio municipal (doação), conforme referido no ponto 10.3 da informação n.º 29114/INF/DIVPE/GESTURBE/2013, a fls. 605 a 614 do p.p..
4. Em 02.08.2013 foi emitido parecer por parte dos Serviços do DPSVP, conforme informação n.º INF/1017/DMPRGU/DPSVP/13, ingressa a fls. 630 e 631 do p.p., em que foram solicitados esclarecimentos / elementos.
5. Em 07.08.2013 e 04.10.2013, veio a requerente proceder à entrega de elementos, que constituiram os processos n.º 5723/OTR/2013 e n.º 7515/OTR/2013, ingressos a fls. 632 a 1002 e 1009 a 1038 do p.p.. Apreciados os referidos elementos, verifica-se o seguinte:

Despacho

AO EXMO. SR. DDG.
CONCORDO COM O PEDR DA
TENDENTE INFORMAÇÃO.
NO QUE SE REFERE AOS PONTOS
5.6 E 5.8 JULGUE-SE ADEQUADO
O PATRIMONIZADO NO PP.
QUANTO A NECESSIDADE DE NOVA
CONSULTAS DADO A "VOCADA DE
VANCA" DA ALTERAÇÃO AO PL
JETO INICIAL E SUBITO A PAU
DA ISS, IP, ANPC, ARSLVT.
ANNA PRODUÇÃO A DISPONDA
DE NOVA CONSULTA.
CASO SUPERIORE O ENTENDE
MENTO EXPRESSO NA PRESENTE
INFORMAÇÃO E DESPACHO NESTE
CONCORDANCA PRODUÇÃO A
APROVAÇÃO CONDICIONADA, DO
PP, AOS PONTOS 5.5 E 7
BOM LIMO AO TABELA DA
VSEFF



Câmara Municipal de Lisboa

Direção Municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística

Departamento de Gestão Urbanística

Divisão de Projetos Estruturantes

FLS. 1110
266/EB/13

5.1. Conforme mencionado no aditamento a fls. 632 a 645 do p.p., foram apresentados esclarecimentos relativamente às questões mencionadas nos pareceres das entidades consultadas - Instituto da Segurança Social, I. P., Autoridade Nacional de Proteção Civil (ANPC) Autoridade de saúde (ARSLVT), Direção-Geral do Património Cultural (DGPC) e ANA - Aeroportos e Navegação Aérea - questões que não implicam alteração ao projeto de arquitetura;

5.2. Foram apresentados elementos de forma a dar resposta às questões mencionadas no parecer emitido pelos Serviços do Departamento da Gestão da Mobilidade e Tráfego (DGMT) e um estudo de tráfego, documentação remetida em 14.08.2013, através do protocolo n.º 3439013/2013 para os referidos Serviços;

5.3. A requerente juntou os elementos solicitados na informação n.º INF/1017/DMPRGU/DPSVP/13, elaborada pelos Serviços do DPSVP, que foram submetidos a nova consulta aos referidos Serviços em 07/10/2013;

5.4. No que concerne à conformidade do p.p. com o antecedente válido para o local, foi apresentado "alçado nascente / corte 3" retificado, em conformidade com o processo n.º 4338/1ªREP/PG/1911;

5.5. Foi entregue ficha de elementos estatísticos corrigida, documento ingresso a fls. 657 a 659 do p.p., no entanto, verifica-se que carece ainda das seguintes correções:

- 5.5.1. O valor previsto da obra (€/m2) não se encontra devidamente referenciado na ficha de elementos estatísticos apresentada;
- 5.5.2. Preenchimento da estimativa de custos da obra (€);
- 5.5.3. Referência à área útil total;
- 5.5.4. O valor da "superfície permeável" indicado na ficha de elementos estatísticos (1076,00m2) não corresponde ao valor indicado no quadro a fl. 1026 do p.p. (1062,65m2);
- 5.5.5. Indicação da área destinada a estacionamento de uso privativo descoberto;
- 5.5.6. Indicação do "código de uso dominante" na situação existente;
- 5.5.7. Preenchimento dos campos "Saneamento" e "Água".

5.6. Quanto ao logradouro proposto, nos termos do preceituado no n.º 7 do art. 44º do RPDML, proposta deverá cumprir os seguintes parâmetros:

Svp ≥ 0,5.ATLog.

A ≥ 0,2.ATLog.

De acordo com o declarado no ponto 10.4 do aditamento apresentado, a fls. 637 do p.p., «a proposta continua a satisfazer as exigências aplicáveis

(...) DOPC.

SOLICITA-SE NO ENTANTO DEFINIÇÃO
E ORIENTAÇÃO SUPERIOR RELATIVA-
MENTE À DATA DE EXPOSIÇÃO NO
PUNTO 7. (!)

DEBORA: AINDA DQR. SE VOLTAREMOS
AO DPSVP DA APROVAÇÃO DO PP.

O Chefe de Divisão

João L. Santos Guerreiro

Divisão de Projetos Estruturantes
Departamento de Gestão Urbanística

29.11.13

As Sr. DMPRGU
(!) Concordo no
geralidade c/ o
sentido do inf.
e do projeto s-p
s. licitando o
exposto em 7
onde se expõe o
contorno singular
desto proposto,
conveniente
no que concerne

Handwritten signature and initials.



Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística
Departamento de Gestão Urbanística
Divisão de Projetos Estruturantes

em termos "Superfície Vegetal Ponderada" e "Área Permeável do tipo "A", conforme poderá ser constatado no Projeto de Arranjos Exteriores»;

Conforme declarado pelo técnico autor de projeto, a fls. 63 a 66 do p.p., aferiu-se 2.120,00m² de "logradouro virtual", constatando-se o seguinte:

- Considerando a superfície permeável proposta de 1.076,00 m², conforme ficha de elementos estatísticos, verifica-se que $A = 0,50 \cdot \text{ATLog}$, e $Svp = 0,50 \cdot \text{ATLog}$, valores que se conformam com o preceituado no n.º 7 do art. 44º do RPDML;

- De acordo com o quadro apresentado pelo técnico autor do projeto, a fl. 1026 do p.p., verifica-se a "área 100% permeável" proposta é de aproximadamente 734,18 m², logo $A = 0,35 \cdot \text{ATLog}$, em conformidade o exigido. A restante superfície ajardinada, referida como "área com grelhas de enrelvamento (90% permeáveis)", não reflete os conceitos de A, B ou C, constantes da alínea d) do art. 4º do RPDML, logo, poderia considerar-se que $Svp = 0,35 \cdot \text{ATLog}$, em desconformidade com o exigido no n.º 7 do art. 44º do RPDML;

No entanto, atendendo a que a solução proposta para aproximadamente 364,97m² do logradouro, de acordo com o mencionado em memória descritiva, é 90% permeável, considera-se, salvo melhor opinião, que o seu contributo para requalificar o logradouro e espaços exteriores, do ponto de vista ambiental, de forma a favorecer a infiltração de água no subsolo, é superior a uma solução que inclua superfície vegetal sobre laje; Coloca-se à consideração superior, a aceitação da nova solução para os espaços ajardinados, nas condições propostas;

5.7. Relativamente à delimitação da propriedade à face da via pública, a nascente e a norte, verifica-se que a p. proposta foi alterada para uma solução de vedação com a altura máxima de 2,10m (de acordo com alçado norte apresentado);

5.8. Em relação ao incumprimento do disposto no n.º 1 do art. 45º do RMUEL, o técnico autor do projeto apresenta a seguinte justificação:

- A altura entre a face inferior da laje do primeiro piso e a cota de soleira de 3,50m não pode ser assegurada sem "comprometer o objetivo original de restrição altimétrica para valorização patrimonial (determinante na apreciação positiva do projecto pela DGPC) ou sem comprometer o equilíbrio atingido entre níveis de escavação em relação ao existente, necessidade de recalçamento de fundações do convento e satisfação das exigências de acessibilidade a diferentes cotas mediante rampas com inclinações conformes à legislação aplicável.";

- A altura proposta "não implica prejuízo aos utilizadores do edifício ou aos transeuntes";

- O projeto apresentado prevê pé-direito de 3,00m integralmente no interior do lote;

Perante os fundamentos apresentados pelo técnico autor do projeto, coloca-se à consideração superior, a aceitação da altura entre a face inferior da laje do primeiro piso e a cota de soleira proposta (3,00m).

Fls. 1111
266/En/13

o "logradouro de
de uma solução:
fuor do CML de
uma "porção" de
terreno p/ parcel
pública, a operação
que apenas deve
ocorrer após a
finalização da
obra (antes da lic
de utilização) sob
pena de recu.
Ter de pagar os
taxas de OUP
na refinição
friza de terreno
a doar.
Ainda solicito
que a comissão
revisora a
permissibilidade de
solo se encontra
analisada no
inf n.º 29114/
INF/DIURPE/GEST/
2013



Câmara Municipal de Lisboa

Direção Municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística

Departamento de Gestão Urbanística

Divisão de Projetos Estruturantes

Fls. 1112
266/ED/

5.9. A fim de esclarecer as questões levantadas, no que concerne ao Plano de Acessibilidades, foram apresentados pormenores das instalações sanitárias para pessoas com mobilidade condicionada e das cabines dos balneários adaptados para pessoas com mobilidade condicionada, em conformidade com o exigido no Decreto-Lei n.º 163/2006, de 8 de agosto;

5.10. De acordo com o projeto apresentado, são agora assegurados dois compartimentos e uma zona exterior coberta de armazenagem de contentores de resíduos sólidos, dimensionados em conformidade com o exigido na Deliberação n.º 523/CM/2004.

6. Conforme referido na informação n.º 29114/INF/DIVPE/GESTURBE/2013, no que concerne às compensações urbanísticas, de acordo com o n.º 4 do art. 88º do RPDML, para efeitos do cálculo de parâmetros para o dimensionamento das áreas a ceder gratuitamente para o domínio municipal, não se contabilizam na superfície de pavimento, as áreas previstas na operação urbanística afetas a equipamentos de utilização coletiva nos domínios da educação, sobre os quais, no caso de serem de natureza privada, é constituída a servidão administrativa necessária à realização da sua utilização pública, nas condições e termos que vierem a ser aprovados no caso concreto, situação a formalizar até ao deferimento do p.p.

7. Dado que a operação urbanística em causa envolve dois prédios urbanos, cumpre informar que a anexação predial deverá ocorrer até ao deferimento do p.p., devendo a requerente apresentar a respetiva certidão da conservatória do registo predial atualizada.

7.1. Relativamente ao prédio urbano com área de 5.932,00 m2 (artigo matricial n.º 3992) é pretensão da requerente, a cedência de área para afetar ao domínio municipal, a título gratuito (doação).

A este propósito, foi emitido novo parecer por parte do DPSVP – informação n.º INF/1254/DMPRGU/DPSVP/13, ingressa a fl. 1062 do p.p., em que refere que, "(...) no pressuposto de se verificar a aprovação do processo n.º 266/EDI/2013, achar-se-ão reunidas condições para se iniciar o processo de regularização patrimonial que viabilize o proposto, e consequente submissão de uma proposta à aprovação dos Órgãos Municipais." ou seja, somente após a aprovação do projeto de arquitetura será elaborada pelo DPSVP a proposta de aceitação da doação a submeter a Sessão de Câmara e, no caso de aceitação, deverá a requerente proceder à atualização da área do prédio urbano junto da Conservatória do Registo Predial.

É ainda de referir que, em 08.10.2013, esteve presente em atendimento municipal nos presentes Serviços, a representante da requerente, e solicitou esclarecimentos sobre o momento em este

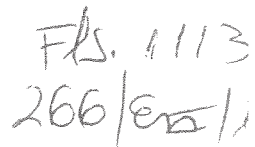
a fls 605 a 614
ver 210, a
fls. 1061 a 1062
a ver b/
Domínio público
Assim em face
do teor dos
Informações
prestadas ao
p.p.uoc. bem
como das
competências
dispostas,
coloco à
consciência de
V. Ex.ª submeter
a aprovção do
p.p.uoc. à
Sessão de
(!) Sessão de
Câmara.

O Director de Departamento

António Esteves Figueiredo
Departamento de Gestão Urbanística

Em tempo:

Fiz-se a aprovação do
estatuto relativo a paróquias
— ponto (5.9) — excluindo o
ônibus do Duplo 34/P/13
visto que o p.proc. tem a
inf. inicial são extensões
do mesmo.



negócio jurídico será formalizado (doação), a fim de aferir sobre a necessidade de instruir um pedido de Licença de ocupação de via pública para apoio a obra sujeita a licenciamento, em virtude de pretender ocupar a área a doar à autarquia, para efeitos de instalação do estaleiro de obra.

Ora, não podendo a doação ocorrer antes da aprovação do projeto de arquitetura, de acordo com a informação prestada pelo DPSVP, o momento da sua concretização acarreta as seguintes implicações:

- a) Se a aceitação da doação (deliberação municipal) ocorrer antes da emissão do alvará de obra – a requerente terá de apresentar o competente pedido de ocupação de via pública (OVP) e, consequentemente proceder ao pagamento das respetivas taxas;
- b) Se a aceitação da doação (deliberação municipal) ocorrer após a emissão do alvará de obra, aquando do pedido de autorização de utilização – não se verifica a necessidade de apresentação do pedido de OVP devendo no entanto a requerente salvaguardar a circulação pedonal na zona atualmente utilizada como passeio público, em segurança, nomeadamente no que respeita ao plano de estaleiro de apoio à obra, com eventual pronúncia do DGMT.

Neste caso, deverá ser apresentado na CML, o plano de estaleiro com a definição das medidas de salvaguarda referentes à circulação pedonal. ✓

8. Na sequência da apresentação de elementos, foi promovida nova consulta à DGPC, que emitiu **parecer favorável condicionado** nos termos da informação sob o ponto de vista arqueológico, parecer apresentado pela requerente em 12/11/2013, ingresso a fls. 1072 a 1077, acompanhado de uma coleção validada pela referida entidade. De acordo com o referido através de contato telefónico pela representante da requerente, a DGPC solicitou a apresentação de peças desenhadas a cores convencionais com a representação das alterações relativamente à versão anterior do projeto submetido à apreciação da DGPC.

9. Importa ainda referir que a requerente procedeu ao envio, através de correio eletrónico, da informação n.º INF/229/DMMT/DGMT/13, elaborada em 25.09.2013 pelos Serviços do **DGMT** e respetivos despachos, documento ingresso a fls. 1040 a 1042 do p.p.. Posteriormente foi recebido o original do **parecer favorável** nos presentes Serviços, ingresso a fls. 1063 e 1064 do p.p..

10. Atendendo à escassa relevância das alterações ao projeto de arquitetura inicialmente apresentado, submete-se à consideração superior, a necessidade de promover novas consultas às seguintes entidades: ISS, I.P., ANPC, ARSLVT e ANA.

As S. Veneranda,
Cuentos con e p
fatos de a par
presente projeto e
submeter e Remi
de Câmara.

Relativamente à d
são para domínio
público de áreas
correspondente ao
fundo envolvente
de edifícios comi-
dus que a envi-
tura de deve ter
de ser efetuada a
de eliminar de li-
se de utilização, co-
tando portanto a
condicionante e col-
com com o defen-
mento de present
pontos.

De qualques foms
univas haveria
lugar e pagamento
de taxas de custo
de via pública por
nos obras de infra-
estrutura ou obras
taxas para a cidade.
São de vício ou para
que contribua
obrigação do fisco.

15.000



FB 1114
266/EB/13

Câmara Municipal de Lisboa
Direção Municipal de Planeamento, Reabilitação e Gestão Urbanística
Departamento de Gestão Urbanística
Divisão de Projetos Estruturantes

Face ao exposto, havendo concordância superior para o entendimento supra expresso nos pontos 5.6 e 5.8 da presente informação, e caso superiormente se entenda ser de dispensar as consultas referidas no ponto 10 da presente informação, ao abrigo do disposto no art. 20º, n.º 1 do RJUE, propõe-se a aprovação do presente processo, condicionada à entrega dos elementos mencionados nos pontos 5.5 e 7 da presente informação e ao cumprimento das condicionantes arqueológicas expressas nos pareceres emitidos pela DGPC. ✓

(...)

tr e me sempre.

O Director Municipal

Jorge Catarino Tavares 9.07.14

Jorge Catarino Tavares
Direção Municipal de Planeamento,
Reabilitação e Gestão Urbanística

Mais se propõe dar conhecimento da decisão de aprovação do projeto de arquitetura aos serviços do DPSVP.

Coloca-se ainda à consideração superior, a decisão sobre a questão colocada no ponto 7 da presente informação, referente ao momento em que deverá ocorrer a doação da área de terreno que atualmente é utilizada como passeio público, e suas implicações.

CONCORDO

nos termos propostos. Por delegação
de competências no Despacho nº 79/P/2013
de 13/11/2013, no B.M. nº 1030 de 14/11/2013

O Vereador

Manuel Salgado

Manuel Salgado

Manuel Salgado
30.01.14

À consideração superior,

A Arquiteta

Carolina Correia

(Carolina Correia)

A Jurista

Margarida Nogueira

(Margarida Nogueira)

A Engenheira

Vanda Gonçalves

(Vanda Gonçalves)

TRANSCRIÇÃO DE DESPACHOS:

Despacho do Sr. Arg. João Guerreiro – DGU/DPE

Ao Exmo. Sr. DDGU.

Concordo com o teor da presente informação.

No que se refere aos pontos 5.6 e 5.8 julga-se de aceitar o preconizado no presente processo.

Quanto à necessidade de novas consultas dado a “escassa relevância” das alterações ao projeto inicial e sujeito a parecer da ISS, IP, ANPC, ARSLVT e ANA propõe-se a dispensa de nova consulta.

Caso superiormente o entendimento expresso na presente informação e despacho mereça concordância propõe-se a aprovação condicionada, do presente processo, aos pontos 5.5 e 7 bem como ao parecer da DGPC.

Solicita-se no entanto definição e orientação superior relativamente à matéria expressa no ponto 7.

Deverá ainda dar-se conhecimento ao DPSVP da aprovação do presente processo.

Despacho de 29-11-2013

Despacho do Sr. Arg. António Folgado – DGU

Ao Sr. DMPRGU

Concordo na generalidade com o sentido da informação e despacho supra salientando o exposto em 7 onde se expõe o contorno singular desta proposta, nomeadamente no que concerne à “obrigatoriedade” de uma doação a favor da CML de uma “porção” de terreno para passeio público, operação que apenas deverá ocorrer após a finalização da obra (antes da Licença de Utilização) sob pena do requerente ter de pagar as taxas do OVP na referida faixa de terreno a doar.

Ainda saliento que a matéria relativa a permeabilidade do solo se encontra analisada na informação n.º 29114/INF/DIVPE/GEST/2013 a fls. 605 a 614, ver ainda a fls. 1061 a área a ceder para domínio público.

registo predial
online

Certidão Permanente

Código de acesso: GP-0578-61420-110618-000446

DESCRIÇÃO EM LIVRO:

N.º 787, Livro N.º: 3

DESCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

URBANO

SITUADO EM: Urbanização de Telheiras Sul - Lumiar

Estrada de Telheiras n.ºs 111 e 113, 113-A e 113-B

ÁREA TOTAL: 6565 M2

ÁREA COBERTA: 633 M2

ÁREA DESCOBERTA: 5932 M2

MATRIZ n.º: 247

MATRIZ n.º: 3992-P

COMPOSIÇÃO E CONFRONTAÇÕES:

Lote de Terreno para construção e Edifício de rés do chão, 1.º andar e sótão

Norte: Estrada de Telheiras e Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São João Baptista do Lumiar;

Sul: Rua Francisco Lucas Pires;

Nascente: Rua Professor Francisco Gentil;

Poente: Rua Filipe Duarte e Fábrica da Igreja Paroquial da Freguesia de São João Baptista do Lumiar.

- a) Estrada de Telheiras n.ºs 111 e 113, 113-A e 113-B
Edifício composto de rés do chão, 1.º andar e sótão
Área coberta: 633 m2
Art.º 247 .

- b) Telheiras
Lote de terreno para construção
Área: 5 932 m2
Art.º P 3992

O(A) Conservador(a)

Júlia Maria Louro Batista Fradinho Salavisa Beirão

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

AP. 1 de 1983/03/17 - Aquisição

CAUSA : Expropriação

INSCRIÇÕES - AVERBAMENTOS - ANOTAÇÕES

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** EMPRESA PÚBLICA DE URBANIZAÇÃO DE LISBOA

Sede: Alameda das Linhas de Torres, 198/200

Localidade: Lisboa

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** MARIA DE LURDES PAULO CARVALHO LOURO

(Ext. insc. G-1)

O(A) Conservador(a)
Maria José Lopes Rodrigues Luís

Conservatória do Registo Predial de Paredes de Coura

AP. 345 de 2012/01/02 10:44:54 UTC - Aquisição

Registado no Sistema em: 2012/01/02 10:44:54 UTC

CAUSA : Compra

SUJEITO(S) ATIVO(S):

** SOCEI - COOPERATIVA DE EQUIPAMENTOS DE CENTROS DE ENSINO, CRL.

NIPC 500783586

Sede: Externato Planalto, Azinhaga do Loureiro, Telheiras, Lumiar

Localidade: Lisboa

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

** EMPRESA PÚBLICA DE URBANIZAÇÃO DE LISBOA

NIPC 500906475

Cláusulas:

- a) - Se no prazo de dois anos a compradora não tiver logrado obter as autorizações necessárias para poder dar início à construção do referido estabelecimento de ensino, fica esta com o direito de dar por resolvido o contrato de compra e venda celebrado em 29 de Dezembro de 2011, em Lisboa, nas instalações da Empresa Pública de Urbanização de Lisboa, perante Lic. Isaura Revés Deodato, lavrado a folhas 117, do livro 64 - A, e de exigir à vendedora a restituição do preço, a qual, por sua vez, se compromete a restituir-lho.
- b) - Que a compradora poderá prorrogar o referido prazo de dois anos, no caso dos procedimentos de licenciamento acima referidos não terem, ainda atingido a sua finalidade, através da emissão da licença de construção.

O(A) Conservador(a), em substituição
Marta Maria dos Santos Mota da Silva

Conservatória do Registo Predial de Paredes de Coura

AP. 346 de 2012/01/02 10:44:54 UTC - Hipoteca Voluntária

Registado no Sistema em: 2012/01/02 10:44:54 UTC

CAPITAL: 4.000.000,00 Euros

MONTANTE MÁXIMO ASSEGURADO: 6.200.000,00 Euros

2014
173/2014

ANEXO 4

 AT autoridade tributária e aduaneira	CADERNETA PREDIAL URBANA SERVIÇO DE FINANÇAS: 3344 - LISBOA-11 BAIRRO
---	---

IDENTIFICAÇÃO DO PRÉDIO

DISTRITO: 11 - LISBOA CONCELHO: 06 - LISBOA FREGUESIA: 18 - LUMIAR

ARTIGO MATRICIAL: 3992 NIP:

Descrito na C.R.P. de : LISBOA sob o registo nº: 446

TEVE ORIGEM NOS ARTIGOS

DISTRITO: 11 - LISBOA CONCELHO: 06 - LISBOA FREGUESIA: 18 - LUMIAR Tipo: URBANO

Artigo: 2196

LOCALIZAÇÃO DO PRÉDIO

Av./Rua/Praça: TELHEIRAS Lugar: URBANIZAÇÃO DE TELHEIRAS SUL-LUMIAR Código Postal: 1600-768 LISBOA

CONFRONTAÇÕES

Norte: ESTRADA DE TELHEIRAS E EPUL Sul: RUA PROFESSOR FRANCISCO GENTIL Nascente: RUA PROFESSOR FRANCISCO GENTIL Poente: RUA FILIPE DUARTE E EPUL

DESCRIÇÃO DO PRÉDIO

Tipo de Prédio: Terreno para Construção

ÁREAS (em m²)

Área total do terreno: 5.932,0000 m² Área de implantação do edifício: 2.500,0000 m² Área bruta de construção: 8.950,0000 m² Área bruta dependente: 0,0000 m²

DADOS DE AVALIAÇÃO

Ano de inscrição na matriz: 2012 Valor patrimonial actual (CIMI): €3.628.750,00 Determinado no ano: 2012

Percentagem para cálculo da área de implantação: 33,00 % Tipo de coeficiente de localização: Serviços

Coordenada X: 110.349,00 Coordenada Y: 199.593,00

$$Vt^* = \frac{Vc}{603,00} \times \left(\frac{A}{8.950,0000} \times \frac{\%}{33,00} + \left(\frac{Ac}{85,8000} + \frac{Ad}{0,0000} \right) \right) \times \frac{Cl}{1,80} \times \frac{Ca}{1,10} \times \frac{Cq}{1,000}$$

Vt = valor patrimonial tributário, Vc = valor base dos prédios edificados, A = área bruta de construção mais a área excedente à área de implantação, Ca = coeficiente de afectação, Cl = coeficiente de localização, Cq = coeficiente de qualidade e conforto, Cv = coeficiente de vetustez, sendo A = Aa + Ab + Ac + Ad, em que Aa representa a área bruta privativa, Ab representa as áreas brutas dependentes, Ac representa a área do terreno livre até ao limite de duas vezes a área de implantação, Ad representa a área do terreno livre que excede o limite de duas vezes a área de implantação.

Trelando-se de terrenos para construção, A = área bruta de construção integrada de Ab.

* Valor arredondado, nos termos do nº2 do Art.º 39º do CIMI.

Mod1 do IMI nº: 2854540 Entregue em : 2011/12/02 Ficha de avaliação nº: 4337465 Avaliada em :

2012/03/25

TITULARES

Identificação fiscal: 500783586 Nome: SOCEI COOP EQUIPAMENTOS CENTROS ENSINO CRL

Morada: EXTERNATO PLANALTO AZINHAGA DO LOUREIRO TELHEIRAS, LISBOA, 1750-143 LISBOA

Tipo de titular: Propriedade plena Parte: 1/1 Documento: ESCRITURA PUBLICA Entidade: CN ISAURA

DEODATO, LX



AT
autoridade
tributária e aduaneira

CADERNETA PREDIAL URBANA

SERVIÇO DE FINANÇAS: 3344 - LISBOA-11 BAIRRO

Obtido via Internet em 2013-02-26

O Chefe de Finanças

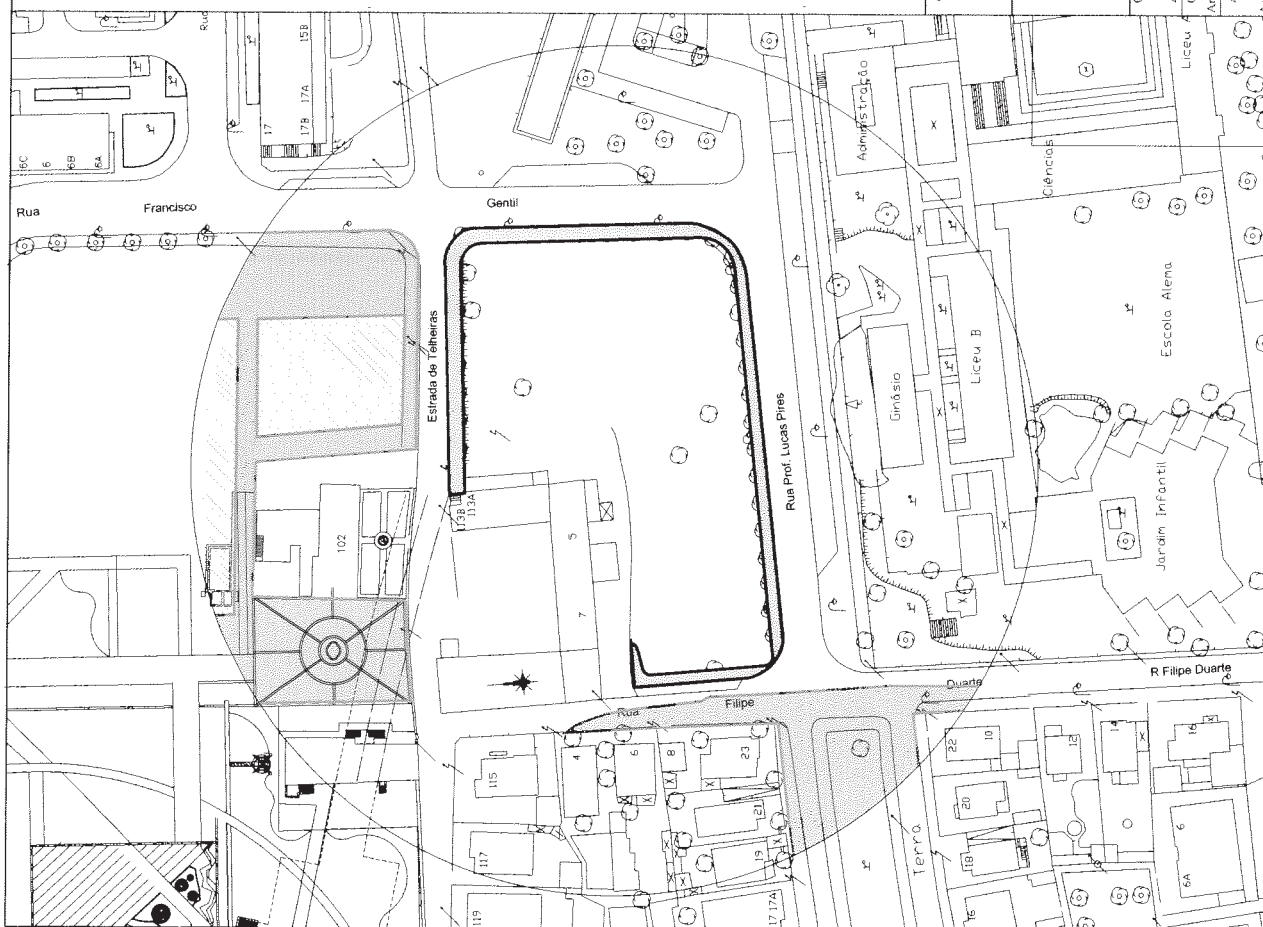
(Maria Manuela Ferreira Laranjeira)


Proj. 173/2014
 Tm.

AUE XO 6



Parcela de terreno a ceder à C.M.L.
 Área.....762,66m²

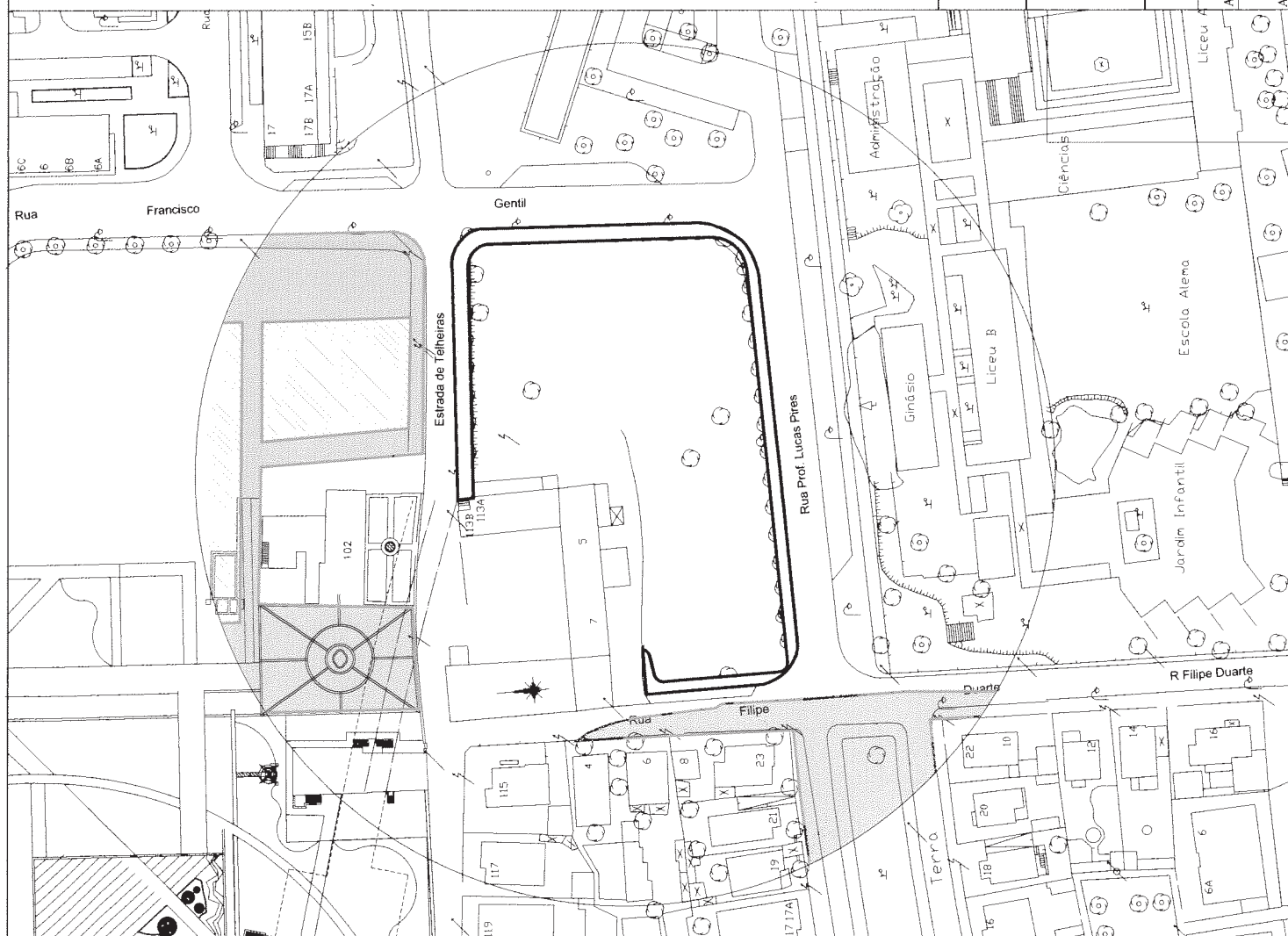
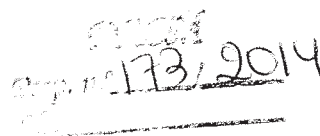





		D.P.S.V.P. - Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial DIVISÃO DE OPERAÇÕES PATRIMONIAIS		Descrição N 14/009/DPSVP	
O Dia: A. Jorge O Técnico Arq. Paula Ribeiro A. Chefe de Divisão Arq. Catarina Millham		Local ESTRADA DE TELHEIRAS		Planta da cidade 8 e 9p - 8 e 9Q Escala 1:1000	
Ver. Substitui		Soluções por Proc. CML 7440 CML/14		Data 26/03/2014	



Parcela de terreno a afectar ao domínio público

Area.....762.66m²



COMISSÃO DE CADASTRO  			D.P.S.V.P. Departamento de Política de Solos e Valorização Patrimonial DIVISÃO DE OPERAÇÕES PATRIMONIAIS	Desenho: N Arquivo: N I4/009/DPSVP	Planta da cidade 8 e 9P - 8 e 9Q Escala 1:1000	Data: 31/03/2014
	O Des A Jorge O Técnico Arnã Paula Ribeiro A Chefe de Divisão Arnã da Canina Milhary		PLANTA DA PARCELA DE TERRENO A AFECTAR AO DOMÍNIO PÚBLICO ESTRADA DE TELHEIRAS			
Local			Ver Substituir Substituir por Pôrte E 22/1979 Pôrte CML 74416/90/14			



ATA EM MINUTA

Nos termos e para os efeitos do artigo 57º da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro, bem como o disposto no artigo 19º nº 2 do Regimento da CML, foram deliberadas na Reunião de Câmara de 23 de abril de 2014, a ata, os votos de pesar, a moção e as propostas a seguir discriminadas, constituindo o presente documento, bem como os originais dos referidos documentos, a ata em minuta:

Apreciação e aprovação da Ata nº. 14 da Reunião de Câmara de 19 de Fevereiro de 2014

(Aprovada por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 7/2014 (Subscrito pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Voto de Pesar pelo falecimento do escritor Gabriel Garcia Márquez, nos termos do Voto de Pesar;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 8/2014 (Subscrito pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Voto de Pesar pelo falecimento do criador e estilista António Augusto Loureiro Ferreira, nos termos do Voto de Pesar;

(Aprovado por unanimidade)

Voto de Pesar n.º 9/2014 (Subscrito pela Sr.ª Vereadora Catarina Vaz Pinto)

Voto de Pesar pelo falecimento do pintor, arquitecto e fotógrafo Carlos Calvet, nos termos do Voto de Pesar,

(Aprovado por unanimidade)



Proposta n.º 172/2014 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a elaboração de um Programa de Ação Territorial para a Colina de Santana e a constituição de um Gabinete Técnico de apoio aos bairros da Colina de Santana, de intervenção prioritária (GABIP da Colina de Santana), nos termos da proposta;

Ponto 2 (Aprovado por maioria com 13 votos a favor (9PS,3PPD/PSD e 1CDS/PP) e 4 votos contra (2PCP e 2Ind))

Restante proposta, contendo todas as alterações **(Aprovada por maioria com 15 votos a favor (9PS, 3PPD/PSD, 1CDS/PP e 2 Ind) e 2 votos contra (PCP))**

Proposta n.º 172A/2014 (Subscrita pelos Srs. Vereadores Independentes)

Aprovar o ponto 2 da Proposta alternativa à 172/2014, nos termos da proposta;

(Rejeitada com 2 votos a favor (Ind) e 15 votos contra (9PS, 3PPD/PSD, 1CDS/PP e 2PCP))

Proposta n.º 173/2014 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a transmissão para o Município de Lisboa, a título gratuito, de uma parcela de terreno particular, com a área de 762,66m², sita na Estrada de Telheiras e aprovar submeter à apreciação da Assembleia Municipal a afetação ao domínio público municipal da mesma parcela, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 15 votos a favor (9PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 abstenções (PCP))

Proposta n.º 174/2014 (Subscrita pelo Sr. Vereador Manuel Salgado)

Aprovar a designação do representante do Município na Assembleia Geral da SRU e a indicação dos membros do Conselho de Administração, nos termos da proposta;

(Aprovada por maioria com 14 votos a favor (9PS, 2Ind. e 3PPD/PSD), 2 votos contra (PCP) e 1 abstenção (CDS/PP))



C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A

Proposta n.º 204/2014 (Subscrita pelo Sr. Presidente)

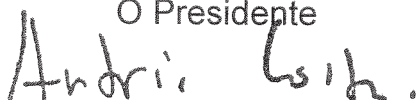
Atribuir a Medalha Municipal de Mérito, Grau Ouro, à Associação 25 de Abril, nos termos da proposta;

(Aprovada por unanimidade)

Nos termos do n.º 3 do Art. 57.º da supra citada Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro eu,  Directora do Departamento de Apoio aos Órgãos e Serviços do Município mandei lavrar.

Paços do Concelho, em 23 de abril de 2014

O Presidente



- António Costa -

PROPOSTA N.º 173/2014 - APROVAR A TRANSMISSÃO PARA O MUNICÍPIO DE LISBOA, A TÍTULO GRATUITO, DE UMA PARCELA DE TERRENO PARTICULAR, COM A ÁREA DE 762,66M2, SITA NA ESTRADA DE TELHEIRAS E APROVAR SUBMETER À APRECIÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL A AFETAÇÃO AO DOMÍNIO PÚBLICO MUNICIPAL DA MESMA PARCELA, NOS TERMOS DA PROPOSTA;

O Sr. Presidente: - Ponto 9 da Ordem de Trabalhos, Proposta n.º 173/2014.

Não vejo pedidos de palavra, vamos votar.

Quem vota contra? Quem se abstém? Aprovado com a abstenção do PCP, e o voto favorável dos restantes eleitos.

O Sr. Presidente pôs à votação a Proposta n.º 173/2014 a qual foi aprovada por maioria com 15 votos a favor (9PS, 2Ind., 3PPD/PSD e 1CDS/PP) e 2 abstenções (PCP).